

ARQUIVO DA DITADURA: FONTE PARA O ESTUDO DA CONDIÇÃO FEMININA. MARIA NILDE MASCELLANI NO FUNDO SNI

ARCHIVE OF THE DICTATORSHIP: SOURCE FOR THE STUDY OF THE FEMALE CONDITION. MARIA NILDE MASCELLANI'S CASE IN SNI FUND

Giseli Milani Santiago Balbino^a

Renato Pinto Venancio^b

RESUMO

Objetivos: Identificar as fontes documentais no fundo SNI que citam Maria Nilde Mascellani e analisar o conteúdo dos documentos, disponibilizados na base SIAN do Arquivo Nacional (AN) e no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo (APESP) buscando reconstituir os principais fatos que tornaram Maria Nilde Mascellani um estudo de caso da condição feminina no período da Ditadura civil-militar. **Metodologia:** foi utilizado, na base SIAN (AN), no fundo denominado “Fundo/Coleção V8 — Serviço Nacional de Informações”, e no fundo APESP - DEOPS o termo de busca: “Maria Nilde Mascellani”, para recuperação de dossiês relativos a educadora. **Resultados:** Maria Nilde Mascellani, libertária em seu tempo, tornou-se protagonista da história, em suas ações contra as imposições do governo ditatorial e, por essa razão, foi alvo de uma perseguição aguda do serviço de informação e da polícia política. **Conclusões:** é possível resgatar a importância da figura feminina a partir das fontes documentais e demonstrar a forma como ela é retratada nesses registros.

Descritores: Ditadura civil-militar. SNI. Mulheres. Maria Nilde Mascellani.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos salvaguardam, em seus domínios, documentos que são fontes de informação primária para pesquisa, importantes para a história e a memória de um país. Entretanto, conforme Schwarcz (2004),

Engana-se aquele que pensa que tudo que a memória faz é lembrar. Os arquivos estão repletos de lembranças, mas

^a Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. E-mail: giseli.milani@gmail.com

^b Doutor em História pela Universidade de Paris IV. Docente na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. E-mail: rvenancio@eci.ufmg.br

também devastados por silêncios e omissões: assim como é função lembrar, faz parte do ofício esquecer ou, simplesmente, deixar no silêncio. (2004, p. 9).

De acordo com Paul Ricœur (2007, p. 25), a memória opera “na esteira da imaginação” e, para desencadear a imaginação, “é preciso que ela atravesse um processo criativo para preenchimento das lacunas trazidas pelo testemunho” (ARAÚJO, 2016, p. 54). Os documentos servem, portanto, como gatilhos da imaginação e levam-nos a completar o quadro real. Eles são registros da memória social de uma pessoa ou de uma instituição, assim como das atividades, das decisões e dos atos de agentes de um determinado tempo da história. Os documentos arquivísticos de guarda permanente são testemunho e prova, que podem reforçar ou enfraquecer a interpretação a respeito de um evento ou de manifestações de um grupo. Bellotto (2014) ressalta que

As duas características do documento de arquivo, a de ser prova e a de ser informação/testemunho, acabam por ser paralelas e inseparáveis. Ele nasce como prova, permanece como informação e testemunho. O documento de arquivo tanto resulta do registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações. (BELLOTTO, 2014, p. 331).

Porém, não basta a leitura dos documentos. Também se faz imprescindível a elaboração de perguntas e hipóteses para guiar a leitura aprofundada dos testemunhos, levando-se em consideração todos os atores envolvidos, dando visibilidade e voz àqueles socialmente subjugados. Uma dessas falas silenciadas diz respeito às mulheres nos arquivos, pouco estudadas na sua representatividade e quase sempre limitadas a estudos de arquivos privados pessoais — o que não deixa de ser relevante —, mas que, por vezes, restringe as perspectivas de análise.

Simioni e Eleutério (2018), na apresentação do seu trabalho intitulado “Mulheres, Arquivos e Memórias”, levantam uma questão avançada por Virgínia Woolf, no seu livro “Um teto todo seu” (1985), a qual diz respeito à precariedade de fontes disponíveis para se reconstituir uma história das mulheres. Essas autoras abordam a invisibilidade feminina nos arquivos, uma vez que a narrativa dominante é masculina.

Michelle Perrot (2005) trata de forma ainda mais abrangente a questão da invisibilidade da mulher, analisando os arquivos públicos como reprodutores de

desigualdade sexual, marginalização e desvalorização das atividades femininas, já que espelham atos de administração e poder, em razão dos quais as mulheres somente aparecem nos registros arquivísticos quando perturbam a ordem. As mulheres, dessa forma, ficam relegadas à escuridão, ou, conforme o comentário de Perrot (1989, p. 9), “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”, entretanto, há que se pensar que elas, eventualmente, eram protagonistas do seu tempo.

Dentre os silêncios que “ecoam” nos arquivos, cabe destacar os do período em que o Brasil vivenciou a ditadura civil-militar, tempo de repressão e opacidade, que persistiu por 21 anos: de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Na tentativa de manter o status quo, o Estado brasileiro lançou mão de aparelhos estratégicos na produção de informação, baseados em serviços semelhantes aos estadunidenses, existentes desde a Segunda Guerra, e ampliados na Guerra Fria, criando o Serviço Nacional de Informações — SNI, através da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, cujo objetivo era o de supervisionar e coordenar as atividades de informações políticas e contrainformações no Brasil e no exterior. O SNI tinha papel fundamental na coleta, reunião, análise e consequente produção das informações sobre os movimentos socialistas e comunistas no Brasil, na busca constante de perseguir qualquer pessoa ou grupo de pessoas que pretendessem defender o avanço destas ideias ou que supostamente a elas estivessem vinculadas.

Os agentes do SNI infiltravam-se nas mais diversas reuniões e atividades, e eram isentos de “*qualquer persecução judicial, não importando a natureza ou a quantidade de ações ilegais em que estivessem envolvidos*” (RODRIGUES, 2017, p. 88). O SNI era parte de uma máquina administrativa e, segundo Bacellar (2005), entender a seu funcionamento é fundamental para entender que tipo de documentos foram produzidos e arquivados.

As funções do SNI e sua estrutura deviam estar espelhados em sua produção documental, fonte de informação, que, em 2005, foi recolhida pelo Arquivo Nacional. Atualmente, esse fundo encontra-se organizado, digitalizado e disponível na base do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Contam, no fundo SNI, documentos produzidos ao longo da atividade do

órgão, e, portanto, reveladores de sua participação paralelamente aos demais órgãos de repressão da ditadura militar, como, por exemplo, os Departamentos de Ordem Política e Social dos estados brasileiros. Através de uma análise deste fundo arquivístico, foi possível identificar o caso de Maria Nilde Mascellani (1931–1999), educadora, responsável, de 1961 a 1969, pela coordenação do Colégio Vocacional Osvaldo Aranha. A proposta desses colégios era por si inovadora, promovendo estudos que discutiam criticamente a realidade da comunidade em que a escola estava inserida, o que incomodou os órgãos de repressão da ditadura. Destacou-se, então, Maria Nilde, por lutar contra as pressões políticas e pela defesa dos valores democráticos, embora isso lhe tenha custado a liberdade.

O objetivo deste trabalho é o de identificar, com relação à representatividade dessa mulher, as fontes documentais no fundo SNI que citam Maria Nilde Mascellani, e de analisar o conteúdo dos documentos, digitalizados e disponibilizados na base SIAN, em acervos de guarda permanente referentes à polícia política da época da ditadura militar.

O presente estudo terá como foco a seguinte pergunta: “Como é representada Maria Nilde Mascellani nos documentos arquivísticos contidos em dossiês pertencentes aos fundos do Serviço Nacional de Informação e à Delegacia de Ordem Política e Social —DEOPS, preservados, respectivamente, no Arquivo Nacional e no Arquivo Público de Estado de São Paulo?” Justifica-se essa análise, devido à necessidade de se pesquisar os fundos SNI e DEOPS com relação a seus conteúdos, no que tange à temática feminina.

Para efetivação desse levantamento, foi utilizado, na base SIAN, no fundo denominado “Fundo/Coleção V8 — Serviço Nacional de Informações”, o seguinte termo de busca: “Maria Nilde Mascellani”. Adicionalmente — com o objetivo de preencher as lacunas sobre a cronologia dos eventos que levaram Maria Nilde a ser privada de sua liberdade —, o mesmo termo foi utilizado no acervo pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, instituição que, conforme mencionado, possui dossiês digitalizados provenientes da atividade da DEOPS. Trata-se de tentativa de reconstituir os principais fatos que, registrados em acervos de polícia política, tornaram Maria Nilde Mascellani em um estudo

de caso da condição feminina.

2 O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO — SNI

O Sistema Nacional de Informação (SNI) foi instituído no ano do golpe civil-militar, tendo como seu mandatário o coronel Golbery do Couto e Silva, auxiliar do Marechal Castelo Branco. Nas palavras de Golbery, para preservar o governo, era necessário um serviço de informação centralizado, com meios e recursos para investigações de diferentes naturezas. (MATHIAS; ANDRADE, 2012).

O dossiê que registra a criação do SNI encontra-se no acervo do Arquivo Nacional¹, dossiê esse que indica a tramitação dos documentos e a composição desse serviço de informação, tal como passamos a relatar. O SNI estabeleceu-se sob a sombra do que era o SFICI — Serviço Federal de Informação e Contra-informação — órgão atrelado ao Conselho de Segurança Nacional, que foi mencionado na Mensagem s/nº de 11 de maio de 1964, como órgão sem autonomia reconhecida por Lei. A mensagem em questão registra, ainda, o fato de a criação do SNI ser urgente, e de que sua posição estratégica e autônoma seria equiparada ao nível dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, constituindo, na esfera especializada das informações, uma secretaria imediata do Presidente. Esse mesmo documento ressalta que o SNI não poderia se confundir com serviços policiais, dentro da estrutura do Departamento Federal de Segurança Pública, e que seu próprio nome se desvincularia da natureza dos serviços prestados nesse último departamento.

O Projeto de Criação do SNI recebeu o nº 1968/1964, e sua justificativa assentava-se na busca da criação de um mecanismo de alto nível que amparasse o “Movimento Revolucionário” liderado pelos militares, produzindo quaisquer informações que fossem necessárias para tomadas de decisão da Presidência da República, informações essas anteriormente interpretadas e

¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo do Serviço Nacional de Informação. Criação do Serviço Nacional de Informações e de seus órgãos (caderno 317). BR DFANBSB V8.TXT, AGR.NRE.73 — Dossiê. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_NRE_0073_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

avaliadas por agentes desse órgão. O parecer do Relator desse projeto afirma que, em todas as nações do mundo civilizado, “nas democracias ou regimes totalitários” (grifos nossos), são mantidos serviços de informação de maior ou menor monta.

Isto posto, foi criado o SNI, através da Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964, com a finalidade de superintender e de coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e de contrainformação, em particular as que interessassem à Segurança Nacional. A prerrogativa do SNI era a de manter em sigilo sua organização, funcionamento e efetivos, não sendo, portanto, publicados os atos normativos que divulgassem estas informações.

Percebe-se, pois, a presença de uma rede, construída para fornecer informações para o fim maior de abastecer o alto escalão da República. A estrutura do SNI compreendia a chefia do serviço, uma agência central localizada no Distrito Federal, e agências regionais alocadas nos estados brasileiros, em suas capitais e/ou cidades importantes. A Agência Central abrigava a chefia e os órgãos necessários à coleta, ao processamento, à produção e à difusão de informes e informações, e ainda o serviço de contrainformação. Geralmente, as informações coletadas pelas agências regionais, já analisadas, eram remetidas para a Agência Central, com o intuito de informar a presidência ou de dar ampla divulgação para as demais agências regionais.

Para atender as demandas de pessoal qualificado para o serviço, foi criada, através do Decreto nº 68.448, de 31 de março de 1971, a Escola Nacional de Informações (EsNI). A Escola, localizada em Brasília e subordinada diretamente ao Chefe do Serviço Nacional de Informações, tinha a finalidade de preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contrainformações; cooperar com o desenvolvimento da doutrina nacional de informações; realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações. Salienta-se que os “alunos” que faziam parte da Escola eram servidores públicos da administração direta ou da autárquica, de empresas públicas e de sociedades de economia mista, todos sem prejuízo de seus cargos, requisitados pelo SNI, conforme determinado pelo

Decreto nº 68.538 de 24 de abril de 1971. Civis que porventura desejassem fazer algum curso vinculado à escola somente poderiam fazê-lo mediante autorização do Diretor do SNI. De acordo com Antunes (2002), foi criado um curso de informações que perdurou durante toda a década de 1970, formando 120 pessoas por ano, sendo aproximadamente 3/4 civis, todos sendo aproveitados na estrutura SNI. Sobre a chefia do SNI, 05 gerais ocuparam a cadeira, de acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (2009), destacando-se o militar João Batista Figueiredo, que, de 1979 a 1985, esteve na presidência do Brasil, com o propósito de promover a redemocratização do país.

Entretanto, como as transições políticas são, na maioria das vezes, marcadas por conflitos, na década de 1980, o Brasil enfrentou atentados contra o retorno à democracia, expressos nas explosões de bombas no prédio da Tribuna da Imprensa no Rio de Janeiro, no dia 26 de março de 1981. Também ocorreram atentados no Rio Centro, em maio de 1981, e, em 25 de outubro de 1982, foi registrada a morte do jornalista vinculado ao SNI, Alexandre von Baumgarten, assassinado com três tiros. A morte desse jornalista havia sido encomendada pelo próprio serviço secreto, conforme consta em carta que foi publicada pela Revista Veja (1983), três meses após sua morte.

O fato acima narrado enfraqueceu o SNI, mas não o derrotou. Durante o governo de José Sarney, através do Decreto nº 96.876, de 29 de setembro de 1988, o SNI foi reformulado, agora supostamente atuando na defesa de um estado democrático, e foi criado um fundo para custear seus trabalhos. Apenas com a assunção de Fernando Collor de Melo à presidência, o SNI foi extinto. Isso ocorreu através da Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990. Através do Decreto nº 99.373, de 4 de julho de 1990, Collor substituiu o SNI pelo Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (DI/SAE) da Presidência da República, um significativo rebaixamento hierárquico do antigo serviço de informação. No governo de Itamar Franco, o Departamento foi elevado à condição de Subsecretaria de Inteligência (SSI), pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, enquadramento institucional que manteve até 1999.

Por fim, o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de

Informação (ABIN) foram criados, através da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, com as competências antes realizadas pelo SNI e que perduram até os dias atuais.

O acervo pertencente ao SNI foi, por meio do Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, recolhido ao Arquivo Nacional, em 21 de dezembro de 2005, assim como o do Conselho de Segurança Nacional e o da Comissão Geral de Investigações. Esse acervo, que estava sob guarda da ABIN, constitui-se de aproximadamente 220 mil microfichas já digitalizadas, e que são disponibilizadas por meio de base de dados, nas salas de consultas do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e em Brasília. De acordo com o Arquivo Nacional (2012), em março de 2008, foi recolhido novo lote, formado por documentação textual que incluía prontuários de pessoas físicas e jurídicas, encaminhamentos de inquéritos policiais-militares, relatórios de vigilância, documentação administrativa, material didático (para novos agentes), orientações, correspondência, análises de conjuntura e estrutura, monitoramento dos meios de comunicação. Nesse recolhimento, também havia, anexos aos documentos, jornais, revistas, fotografias e cartazes. O acervo foi nominado Memória do Mundo (internacional) em 2011. O Fundo SNI, conforme consta na base de dados SIAN, foi salvaguardado sob a denominação “Fundo/Coleção V8 — Serviço Nacional de Informações”, com datas-limite de 1967–1999.

Esse acervo contém documentos que retratam a perseguição e a devassa da vida de numerosos cidadãos e cidadãs brasileiros. Embora haja estudos sobre vários desses atores, a figura feminina ainda carece de análises que levem à maior compreensão de como se deu essa atuação e, conseqüentemente, à produção e ao tratamento da informação por essa agência de investigação. Para mostrar essa especificidade, selecionamos o caso de Maria Nilde Mascellani, educadora, que figura como protagonista da história de seu tempo e que foi alvo de vigilância pelo SNI, sendo citada em diversos documentos que se prestaram a lhe restringir o direito de ir e vir, além de — mais grave ainda — registrarem atos de tortura ocorridos no DEOPS do Estado de São Paulo.

Foram analisados 113 documentos recuperados com as palavras-chave “Maria Nilde Mascellani”, no fundo SNI, do site SIAN do Arquivo Nacional. Com

o intuito de completar as informações sobre a detenção dessa educadora, foram também analisados dois dossiês provenientes do Fundo DEOPS, do Arquivo do Estado de São Paulo, encontrados utilizando-se as mesmas palavras-chave.

3 MARIA NILDE MASCELLANI

Maria Nilde Mascellani nasceu em 03 de abril de 1931, no Estado de São Paulo. Formou-se no Curso Normal como professora primária e, em seguida, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade de São Paulo. Em 1957, iniciou sua carreira como professora efetiva do Curso Normal, realizando a formação de professores primários, no Instituto de Educação do município de Socorro (SP).

O início da atuação profissional de Maria Nilde Mascellani foi marcado por mudanças que estavam ocorrendo no sistema educacional paulista. Em 11 de junho de 1959, o Governo do Estado de São Paulo publica o Decreto nº 35.069, que dispõe sobre instalação e funcionamento de classes experimentais em estabelecimentos oficiais de ensino secundário e dá outras providências. Influenciado pelo “movimento reformador escolanovista”, flexibilizando e descentralizando o processo educacional do período, o decreto autorizava o funcionamento de Classes Experimentais, das quais Maria Nilde passou a atuar como orientadora pedagógica e, em razão disso, ela “quando ganhou visibilidade no campo renovador educacional do secundário paulista” (FAGIONATO, 2018, p. 242).

Essas classes secundárias tiveram sua implantação inspirada na experiência das Classes Nouvelles francesas, criadas pelo professor Luís Contier (1981, informação verbal), no Instituto Alberto Conte (DALLABRIDA, 2018). Marques (1985) defende que a proposta das Classes Nouvelles foi pensada para construir escolas vocacionais. Os vocacionais brasileiros deveriam realizar sondagens das aptidões dos alunos para uma formação humana em sociedade. Acresceu-se à ideia de Contier a Proposta Personalizada e Comunitária pensada pelo padre jesuíta Pierre Faure, advinda do Instituto Católico de Paris (FAGIONATO, 2018).

De acordo com Vieira (2015), as turmas experimentais do ensino

secundário apresentavam as seguintes características: trabalho dirigido, conselho de classe, estudo do meio social natural e humano, priorização de métodos ativos, supressão do livro didático e adoção de textos docentes ou obras referenciadas.

Luciano de Vasconcellos de Carvalho, então secretário da Educação do Estado de São Paulo, formou uma comissão de educadores para elaborar um projeto para um novo ensino secundário e, instigado pelo Padre Leonel Corbeil, membro da direção da Associação de Educadores Católicos, visitou a escola de Socorro, visualizando, então, tanto as diretrizes de um ensino industrial, de economia doméstica e artes aplicadas, como uma experiência renovadora no ensino secundário (FAGIONATO, 2018). O Secretário convidou Maria Nilde Mascellani para fazer parte do Serviço de Ensino Vocacional (SEV) e, após a criação desse órgão, em 1961, ela se tornou sua coordenadora, ficando no cargo até o ano de sua extinção, em 1969. O SEV era diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário — e não à Coordenadoria do Ensino Básico e Normal — e gozava de autonomia técnico-administrativa.

Durante oito anos de atuação, reuniram-se mais de cinco mil alunos em torno de uma pedagogia sem aulas de geografia, história, química ou matemática, mas discutindo os problemas do seu bairro, cidade, país e até da América Latina (MALFITANI, 1979). A orientação educacional dos ginásios vocacionais objetivava “habilitar o jovem a tomar decisões objetivas, frente às necessidades da sociedade atual, tornando-o consciente de suas possibilidades e de suas responsabilidades em relação a si e ao grupo” (AZEVEDO, 1966, p. 20). A mesma autora ainda aborda o fato de que os educadores “orientam os jovens para que tenham consciência da realidade social, política, econômica e cultural do momento. As histórias ajeitadinhas, que mascaram o feio do real e preparam o homem alienado, lá não tem eco” (AZEVEDO, 1966, p. 22).

Maria Nilde Mascellani (1999), em sua tese de doutorado, escreveu a história do Vocacional e sua derrocada devido à repressão política da ditadura civil-militar. Ela relata que o serviço foi sempre alvo de sabotagens, pressões da própria Secretaria de Educação e da corrupção do Governo Adhemar de Barros, que, por meio de sua esposa, assim como dos chefes da Casa Civil e Militar, do

Gabinete do Secretário e de Parlamentares pediam, por carta, além da contratação de professores e de técnicos sem a qualificação exigida, também vagas para alunos que não se adequavam aos critérios de seleção. A negativa seria passível de corte de verba e de cargos, o que não demorou a acontecer. Assim, a não aceitação da matrícula de um aluno, filho de um funcionário de confiança do Secretário de Educação, levou ao afastamento de Maria Nilde da coordenação, causando um levante dos pais, dos alunos e das comunidades dos oito colégios vocacionais, que levaram o caso à imprensa. Contudo, seu retorno se deu apenas após 40 dias, devido ao desgaste causado à imagem da Secretaria de Educação. Nos anos seguintes, houve, ainda, boicote aos Vocacionais, no que tange a pessoal e a orçamento. Em 1968, com a promulgação do Decreto Federal nº 477/68 e do Ato Institucional nº 5, criaram-se medidas rígidas contra aqueles que se opusessem ao governo, passando o Vocacional e ser vigiado pelos Grupos do 2º Exército e pela Polícia Política. Maria Nilde foi, então, mais uma vez, afastada de seu cargo, em 17 junho de 1969, por determinação do Comando do 2º Exército.

Ato contínuo, em dezembro de 1969, o então professor de Artes Industriais, Francisco Cid, que fora contratado para lecionar no Vocacional de Americana, insatisfeito por ter sido desligado — em razão de sua recusa em aprender práticas que deveria ensinar aos alunos —, ameaçou Áurea Sigrist, diretora do Vocacional, dizendo que, caso ela efetivasse seu desligamento — o que de fato ocorreu —, ele entregaria à polícia uma carta contendo informações de que Áurea, bem como Maria Nilde, eram comunistas. O Processo nº 37/69, da Comissão Estadual de Investigações, recolhido para o acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, comprova a denúncia de Francisco Cid, uma vez que ele consta nos autos como informante das práticas registradas pela Diretora Áurea e por Maria Nilde, tais como: “mantém direção autocrata com orientação dominadora e esquerdista, marginalizando professores que se opõem a sua orientação, chegando mesmo a afastá-los” (fl. 3). Vê-se distorção dos fatos no depoimento tendencioso do denunciante, para que possa, como uma forma de vingança, justificar a sua demissão. Outros interrogados defenderam a conduta de ambas, mas isso não foi suficiente para inocentá-las. O texto contido nos

autos, oriundos de testemunhos, utilizam-se de verbetes como “ouvir dizer”, “soube ainda”, “ouvi comentários”, “chegou ao conhecimento”, o que, numa terceirização de responsabilidades, coloca em cena um falante que expõe o tênue fio em que se baseavam as informações acusatórias. Provas documentais não havia: os relatos, como o de um Coronel Comandante que visitou o Vocacional, iam de elogios à estrutura e aos métodos de ensino, a evidências de práticas comunistas e subversivas como o uso, na aula de atividades domésticas, de um livro denominado “Geografia da Fome”, de Josué de Castro (fl.19). Ao final do relatório, o militar escreve que a causa comum a Maria Nilde e Áurea Sigrist era “sovietizar alunos, pais e professores” (fl. 23).

O relatório enfatiza ainda, não só a fala de Maria Nilde sobre a conduta de Áurea Cândida Sigrist como “a corretíssima diretora do Ginásio Vocacional João XXIII, da cidade de Americana”, mas também a fala de Áurea, que se referiu a Maria Nilde como “uma educadora, hoje de renome internacional, [...] que só tem honrado e dignificado a história da educação brasileira” (fl. 23). Observa-se uma nítida postura de integridade profissional, no que se refere à fala das duas educadoras.

Todavia, a conclusão do processo deu-se no sentido de determinar, além da demissão das investigadas, a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos, e ainda, com base nos artigos 4º e 5º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968 (fl. 24), a proibição de frequentarem qualquer estabelecimento de ensino, seja público, seja privado. O Ato Institucional nº 5 revelou-se um ato arbitrário: transgrediu direitos individuais, dando ao Presidente, com base em informações prestadas pelo Conselho de Segurança Nacional, poderes para destituir a liberdade de indivíduos.

Com relação à administração do Vocacional, o relatório determinou que os colégios ficassem sob supervisão direta do Secretário de Educação por, no mínimo, dois anos. Por meio de um grupo de trabalho, composto por um pedagogo, um delegado de polícia do DOPS e um oficial do exército, deveriam não apenas ser verificados, caso a caso, todos os indiciados, como também promover a abolição da autoavaliação aplicada aos professores do Vocacional, a qual foi classificada pelas autoridades como fundamentada em ideias

comunistas. Deveriam ainda ser substituídos todos os diretores e remetidos os autos ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social, para as providências cabíveis, dentre outras. A decisão foi datada de 9 de dezembro de 1969 e, três dias mais tarde, deu-se a invasão dos Vocacionais pela Polícia Militar, com a prisão de orientadores, professores e alunos.

Com relação à administração do Vocacional, o relatório determinou que os colégios ficassem sob supervisão direta do Secretário de Educação por, no mínimo, dois anos. Por meio de um grupo de trabalho, composto por um pedagogo, um delegado de polícia do DOPS e um oficial do exército, deveriam não apenas ser verificados, caso a caso, todos os indiciados, como também promover a abolição da autoavaliação aplicada aos professores do Vocacional, a qual foi classificada pelas autoridades como fundamentada em ideias comunistas. Deveriam ainda ser substituídos todos os diretores e remetidos os autos ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social, para as providências cabíveis, dentre outras.

A decisão foi datada de 9 de dezembro de 1969 e, três dias mais tarde, deu-se a invasão dos Vocacionais pela Polícia Militar, com a prisão de orientadores, professores e alunos.

Em 4 de novembro de 1970, ambas as educadoras foram aposentadas, conforme Decreto do Ministério da Justiça, publicado em 5 de novembro do mesmo ano. Tomando como ponto de partida essas aposentadorias, que consistiram na coação e tentativa de silenciar suas vozes pelo regime de exceção, Maria Nilde fundou o RENOV (Relações Educacionais e do Trabalho), escritório de planejamento, assessoria e cursos na área de educação, pesquisa e planejamento de ação comunitária e educacional, alicerçada nos direitos humanos e na defesa dos perseguidos políticos da ditadura civil militar. O RENOV (Relações Educacionais e do Trabalho) foi a alternativa encontrada por Maria Nilde para dar continuidade à formação de educadores e jovens. Além do prejuízo causado à carreira de Nilde Mascellani, o SNI passou a perscrutar todos os seus passos, produzindo relatórios sobre sua conduta e sobre seus trabalhos.

Essa vigilância em relação às atividades de Maria Nilde culminou em 18 de janeiro de 1974, com a invasão do RENOV por policiais militares com a

consequente prisão de Maria Nilde e de seus companheiros. Sua casa também foi devassada e, conforme Vieira (2015), foi encontrada uma carta do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, recomendando a RENOVA a colégios católicos. Foram também encontrados laudos médicos de artrite, devido aos quais não se efetivaram torturas físicas à educadora, nas dependências da Delegacia Especializada de Ordem Social de São Paulo (DEOPS). Maria Nilde permaneceu confinada em uma solitária, sendo objeto de sucessivas torturas psicológicas, tendo como algoz Sergio Fleury, delegado do DEOPS.

Em 7 de março de 1974, a Delegacia Especializada de Ordem Social de São Paulo instaura o Inquérito nº 11/74, em desfavor de Maria Nilde, por elaboração de um trabalho de Moral e Cívica encomendado pelo Conselho Mundial de Igrejas e considerado supostamente “subversivo”, desde que desacatava autoridades brasileiras, cometendo delito contido no art. 45, inciso V, e art. 49, inciso IV, da Lei de Segurança Nacional, razão pela qual foi solicitada ao DEOPS sua prisão preventiva. Esse documento, salvaguardado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, consta como Prontuário nº 2806, de 11 de março de 1974². A elaboração do trabalho intitulado “Educação Moral e Cívica e Escalada Fascista no Brasil” tinha, de acordo com o inquérito, intenção de “injuriar frontalmente o atual regime, bem como seus dirigentes dos escalões mais altos”. Maria Nilde é ouvida e “confessa seu ânimo de atacar as autoridades constituídas, tendo apoio incondicional da igreja, tanto no Brasil quanto no estrangeiro” (fls. 6–7). A pedido de Gaetano Vicini, padre italiano, ela escreveu uma via para publicação, usando o pseudônimo de Anselmo dos Santos. Os autos detalham que o trabalho possuía quadros sintéticos do Conselho de Segurança Nacional, do SNI, todos de cunho estratégico, e que lhe foram dados por Dom Cândido Padim.

Em 15 de março de 1974, a agência do SNI do Rio de Janeiro interceptou uma correspondência nos Correios e Telégrafos, destinada ao Frade Juvenal Sansão, membro da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB),

2 ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. DEOPS documentos: DOPS SANTOS. Prontuário 2806. Disponível em: BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P002806_01.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

contendo, conforme o DEOPS, uma relação de presos que eram ligados à Igreja e na qual estava incluído o nome de Maria Nilde. Foi produzido, então, o Encaminhamento nº 279/60/74/ ARJ/SNI³ para a Agência Central, a que se acresceu o documento de informações nº 0316/19/AC/7^a, de 25 de março de 1974, com a cópia de tal relação, para ser difundida em todo órgão.

Em 15 de março de 1974, a agência do SNI do Rio de Janeiro interceptou uma correspondência nos Correios e Telégrafos, destinada ao Frade Juvenal Sansão, membro da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), contendo, conforme o DEOPS, uma relação de presos que eram ligados à Igreja e na qual estava incluído o nome de Maria Nilde. Foi produzido, então, o Encaminhamento nº 279/60/74/ ARJ/SNI³ para a Agência Central, a que se acresceu o documento de informações nº 0316/19/AC/7^a, de 25 de março de 1974, com a cópia de tal relação, para ser difundida em todo órgão.

Paralelamente à situação acima apresentada, havia um movimento do SNI central, no sentido de investigar membros da Igreja, como Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, sobre o qual foi produzido o Documento de Informações nº 0013/19/AC/74⁴, que foi enviado ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro de Estado da Justiça, ao General do Exército Comandante do 2º Exército, ao General de Brigada e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional João Batista Figueiredo. O documento cuidava de relatar todas as atividades de Dom Paulo, de setembro de 1970 a dezembro de 1973, incluindo-se a permissão da PUC de São Paulo para realizar a “Semana de debates sobre a declaração dos Direitos Humanos”, da qual participou Maria Nilde. Dom Paulo aparece à frente de um Semanário produzido pelo Centro de Informação Ecclesia, “O São Paulo”, que realizava “insistente combate à ação do Governo e às alegadas violações de direitos humanos” (fl.12). Dom Paulo denunciava que, de acordo com o AI-5 — considerado “uma Superconstituição”,

³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74066260. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74066260_d0001de0001.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74066956. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74066956_d0001de0002.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

uma lei de exceção, que ampliava o espaço entre os ideais democráticos constitucionais e a realidade brasileira —, o Exército receberia 11,1% do orçamento federal, sendo mais favorecido que o Ministério da Educação. Outro ponto importante é a participação de Dom Paulo na Semana da Paz, em que “os participantes da Semana criticavam com veemência supostas violências aplicadas a subversivos presos”. O Arcebispo foi figura imprescindível na libertação de Maria Nilde. O conúbio dela com a Igreja é relatado por Vieira (2015), já que sua prisão estaria ligada à Cúria de São Paulo, em cujas atividades progressistas basearam-se as acusações remetidas a ela e ao Cardeal. Vieira (2015) relata ainda que, depois de aproximadamente 34 dias da prisão de Maria Nilde, Dom Paulo esteve pessoalmente na detenção, acompanhado do advogado da Comissão Justiça e Paz, José Carlos Dias, para colher informações e tratar da libertação de Maria Nilde.

O Alvará de soltura nº 18/74 a pôs em liberdade em 20 de março de 1974, de acordo com a Informação DOPS nº 191/80, documento de guarda permanente do Fundo DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo⁵. Um último relatório foi produzido em 21 de março de 1974, acostado à Informação anteriormente citada, sobre interrogatório feito a Maria Nilde, no dia da determinação de sua soltura, no qual ela afirmava que, ao sair da prisão, teria relacionamento com qualquer pessoa de direita ou de esquerda, que não avisaria a polícia se fosse procurada por elementos subversivos, e que continuaria seu trabalho de educação, não querendo saber se ele era ou não de cunho subversivo, uma vez que não enxergava ideologia nas pessoas ou em seu trabalho.

Em 1975, é gerada, na Agência Central, a Informação nº 270/19/AC/75⁶, cujo assunto versava sobre o “Centro Informativo Justiça e Não Violência”, entidade conduzida pelo Padre Virgílio Leite Uchoa, pároco da Igreja da Floresta

⁵ ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. DEOPS documentos: Delegacia de Ordem Social. Informação DOPS 191/80. Disponível em: BR_SPAPESP_DEOPSOS001703.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004066 - frente nacional do trabalho fnt e igreja catolica progressista. Disponível em: ARQUIVO.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004066_d0001de0001.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

em Belo Horizonte, o qual produzira um Boletim, posteriormente remetido à Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, contendo o relato da prisão de Maria Nilde e as circunstâncias que a envolveram.

Em 1976, outra atividade de Maria Nilde foi relatada, por meio da Informação 03077/76/SI⁷ da Polícia Federal, anexada ao Encaminhamento nº 357/05–76 da Agência do SNI de São Paulo para a Agência Central, sobre a palestra “Ensino Médio, Universidade e Sociedade” proferida em 11/03/1976, na PUC/São Paulo, na Faculdade de Psicologia. Para justificar que trechos extraídos dessa fala da educadora tenham sido denominados: “frases ofensivas a autoridades do Governo e do Ensino”, o documento produzido continha extratos de seu discurso, entre os quais foi citada a passagem: “As escolas, como estão hoje, formam um processo de burrificação da criança” (fl. 3). Outro trecho revela que Maria Nilde tinha conhecimento de que poderia estar sendo vigiada: “Pode haver aqui neste recinto alguma pessoa do DOPS disfarçada de Universitário, mas, mesmo sabendo disso, eu confirmo e mantenho minhas palavras” (fl. 4).

Em 6 junho de 1977, Maria Nilde é inocentada pelo II Conselho de Justiça Militar de São Paulo, do qual participavam cinco juízes das acusações do Inquérito Policial que a denunciava por ato de subversão decorrente da elaboração do trabalho intitulado “Educação Moral e Cívica e Escalada Fascista no Brasil”, em que se analisava o ensino da educação moral e cívica no Brasil. A Agência Central do SNI produz um documento, o Pedido de Busca nº 107/16/AC/77, “INFILTRAÇÃO COMUNISTA — SETOR DE EDUCAÇÃO Maria Nilde Mascelani” ao qual se anexou uma matéria da revista Veja, datada de 15 de junho, versando sobre o veredicto final do processo criminal em desfavor da educadora. A matéria conta que a indiciada foi presa, interrogada sessenta e três vezes por órgãos de segurança e, durante sete anos, respondeu a processo-crime. O promotor de justiça do caso pediu a absolvição de Maria Nilde e de seus colegas, lembrando os maus tratos a que foram submetidos na prisão, na fase

⁷ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82011298 - Maria Nilde Mascellani. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_82011298_d0001de0001.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

de inquérito (fl. 9)⁸. A absolvição aconteceu por falta de provas, uma vez que a Lei de Segurança Nacional exigia que houvesse divulgação do documento subversivo, fato este que não ocorreu, uma vez que o único exemplar foi interceptado antes de chegar às mãos do Conselho Mundial de Igrejas, com sede na Suíça.

Em 2 de agosto de 1977, é produzida uma recapitulação de seus trabalhos: a Agência Regional de São Paulo escreve sobre a “infiltração comunista — setor de educação”, na Informação nº 4179/116/ASP/SNI⁹ com produção de notificações sobre seus trabalhos, documento em que a vida pessoal e profissional de Maria Nilde é relatada, dos anos de 1970 a 1977. O relatório é enviado aos seguintes órgãos: Agência Central, Agência Regional do Rio de Janeiro, Centro de Informações da Marinha e Centro de Informação do Exército, através do encaminhamento nº 05/GT/SBPC/SP, que comunicava essas entidades também sobre o último curso proferido pela educadora “Introdução à compreensão de Educação Libertadora”, ministrado a padres e religiosos, e a leigos engajados no movimento da igreja sobre uma nova visão educativa. Com esse curso, que aconteceu no período de 19 a 23 de julho de 1977, ela colaborava com a Pastoral da Educação.

As Agências Regionais do SNI documentam as atividades de palestras, eventos e atividades de Maria Nilde e do RENOV até 1988. Em 1980 — no período de 10 a 14 de novembro —, destaca-se o evento em Goiânia, com o tema geral “Conjuntura nacional — debates”. O núcleo da Agência de Goiânia prepara a informação nº 148/116/NAGO/SNI/80 de 12 de dezembro de 1980, onde relata que Maria Nilde, quando de sua apresentação sobre política educacional brasileira, criticou a escola e a formação das pessoas. O informante descreve que a educadora foi “irônica” ao falar que “os cérebros são

8 ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77114057 — atividades subversivas. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/77114057/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77114057_d0001de0001.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

9 ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/80004808/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004808_d0001de0001.pdf. Acesso em 28 abr. 2021.

dispensados, pois o nosso sistema precisa de braços para fábricas e mãos para o campo”, concluindo-se que ela via a escola como “arma de dominação” (fl. 2)¹⁰.

Sobreleva-se a vigilância velada, com o “Ciclo de Palestras e Debates: A experiência socialista cubana”, evento que aconteceu de 19 de maio a 16 de junho de 1981, relatado e assinado pelo “Setor Estudantil” e enviado ao DOPS, tendo por teor o relato do show que abriria o ciclo de palestras. Maria Nilde era uma das coordenadoras do encontro, e seu nome foi citado no Informe nº 1213/116/ASP/81¹¹, de 1º de junho de 1981, enviado à Agência Central do SNI, que foi comunicada pela Agência regional de São Paulo¹², através de outro documento: o Informe nº 55/116/ASP/82 de 07 de janeiro de 1982.

Constata-se, com clareza, a parceria da polícia com o SNI. O documento REI nº 2 EM/PM-019/2 de 26 de junho de 1981¹³, produzido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e depois encaminhado ao SNI e ao 2º Exército, faz saber da Conferência Nacional de Bispos do Brasil, no Mosteiro de Itaiaci, Município de Indaiatuba, no período de 01 a 04 de junho. Maria Nilde versou sobre o tema Educação Formal e Informal e criticou, a avaliação nas escolas. No mesmo documento, ela lançou o conceito de educação informal: “conjunto de experiências e conhecimentos que podemos viver e elaborar a partir de influências ambientais que recebemos — desde as informações mais restritas até as mais amplas — e, quanto ao seu conteúdo, nós nos ajustamos, apoiamos

¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR.80000888-conjuntura nacional debates. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/rrr/80000888/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_80000888_d0001de0002.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

¹¹ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81007155 — ciclo de palestras intitulado a experiencia socialista cubana, no colegio equipe, em são paulo. sp. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/81007155/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81007155_d0001de0001.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

¹² ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82010279 — infiltração comunista na igreja. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82010279/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82010279_d0001de0001.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

¹³ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82011244 - campo psicossocial período de 12 jun. a 26 jun. 81. — Dossiê. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82011244/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82011244_d0001de0001.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

ou rejeitamos”.

Em 1982, Maria Nilde é considerada simpatizante do PC do B, o que chega ao conhecimento da Agência do SNI de São Paulo, através da Informação nº 558/116/ASP/82¹⁴ de 28 de fevereiro de 1982 para a Agência Central. O SNI, através da Agência Central e das regionais, monitora, de 1982 a 1987, as publicações de revistas e jornais que citam o nome de Maria Nilde, produzindo cópias desses registros. A Agência Central produz o dossiê nº 051211/85¹⁵ que trata de um livro, integralmente reproduzido, com o título “Brasil nunca mais” (1985), cujos autores não são identificados, e cujo lançamento tímido é, porém, muito noticiado pela imprensa. O relatório indica que os primeiros “5.000 exemplares foram esgotados em poucos dias”, e que uma segunda edição de 10.000 exemplares estava sendo preparada (fl.2). O livro foi desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo Rabino Henry Sobel, pelo Pastor presbiteriano Jaime Wright e por sua equipe, no período de 1979 a 1985. Maria Nilde faz parte do relato, figurando como membro da Igreja e como “vítima de terrorismo cultural declarado” (fl. 156), devido ao trabalho intitulado “Educação moral e cívica e escalada fascista no Brasil”, de sua autoria, e em razão do qual foi presa.

O último dossiê produzido pela Agência Central do SNI, foi o nº 020661/88¹⁶, em julho de 1987, e registra os principais acontecimentos ocorridos em São Paulo, no campo psicossocial. O relatório informa, dentre outros assuntos, sobre a renovação de 1/3 do colegiado do Conselho Estadual de Educação, do qual Maria Nilde era um dos suplementes.

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82011154 - organizações subversivas de ideologia comunista e outras ideologias extremistas. 3. 1.Dossiê. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/82011154/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82011154_d0001de0002.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051211 Dossiê-lançamento do livro Brasil: nunca mais. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/85051211/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_85051211_an_01_d0001de0001.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.88020661 - principais acontecimentos no campo psicossocial no mês de julho de 1987. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/88020661/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_88020661_d0003de0003.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

Maria Nilde Mascellani faleceu de infarto, em São Paulo, no dia 19 de dezembro de 1999, aos 68 anos. Neste mesmo ano, alguns meses antes de falecer, ainda defendeu sua tese, intitulada “Uma pedagogia para o trabalhador: O Ensino Vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados (Programa Integrar CNM/CUT)”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arquivos são fontes de informação primária, que podem remontar a atos, a fatos, e podem restituir memórias. Mesmo que os documentos apresentem ponto de vista dos representantes dos aparelhos públicos com estruturas hierárquicas de poder, e pressuponham vozes masculinas, na sua maioria, é possível resgatar a importância da figura feminina e, a partir desses dados, inferir a forma como ela é retratada nesses registros.

Há que se demonstrar, com base nos documentos, as estruturas dos serviços de informação no Brasil. Os documentos são o espelho das atividades desses órgãos e desvelam a rede imbricada das fontes e da circulação de informação. Os agentes são imprescindíveis nessas atividades, e verifica-se uma preocupação extenuante quanto a não serem revelados, bastando observar que a grande maioria dos registros não possui sequer uma assinatura. Os dossiês, com relatórios escritos pelos agentes, são cuidadosamente produzidos e acompanhados por recortes de jornal ou revista, de panfletos, de relatos, e até de livros que fundamentassem as informações que circulavam. E o SNI contava com a atuação da polícia política na coleta, na produção e na circulação de informações, o que pode ser comprovado pela necessidade de se pesquisar, no DEOPS de São Paulo, documentos que preenchessem a lacuna desta pesquisa. A Agência Central recebia, em grande medida, os relatórios provenientes das agências regionais dos estados da federação, editava as informações e as difundia novamente.

Maria Nilde Mascellani, educadora libertária em seu tempo, tornou-se protagonista da história de seu país, em suas ações contra as imposições do governo ditatorial e, por essa razão, foi alvo de uma perseguição aguda do serviço de informação e da polícia política. Mas soube lidar, mesmo sob coerção,

com as injustiças e as torturas a que foi sujeita, sem perder a capacidade de análise crítica e sem alterar seu posicionamento em relação ao tempo histórico que se construía, projetando os ideários sociais-democráticos a qualquer custo. Com julgamento analítico, observador, defendia a educação inclusiva, que positivasse os acertos, ao invés de ressaltar os erros. Os vocacionais eram esse tipo de escola e, embora tenham sido sepultados na ditadura civil-militar, poderiam, devido a sua filosofia, encontrar ecos nos tempos atuais. Educar é preparar cidadãos para, de forma racional, serem capazes de fazer julgamentos sobre um determinado cenário, questionando e apresentando soluções para o momento ou para a questão que se apresenta. A tenacidade de Maria Nilde se fez notória em todos os seus depoimentos e, com o apoio da Igreja Católica, ela lutou contra os desmandos da ditadura civil-militar até os anos finais desse regime. Não houve sequer um documento, dos 113 analisados, em que houvesse outra postura da educadora.

Constitui-se um trabalho de suma importância apresentar a figura feminina nos arquivos públicos. Há que se realizar um esforço cada vez maior para evidenciar a participação das mulheres como personagens ativas na mudança política, econômica ou social do país. Essas mulheres são, muitas vezes, determinantes para desmistificação de certos ideários da sociedade, e elas constroem, com suas falas, novos caminhos que devem ser trilhados para maior justiça e equidade social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. C. B. **SNI & ABIN**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. São Paulo, FGV, 2002. 217 p.

ARAÚJO, F. Entre o lembrar e o esquecer: a construção da memória e a validade do testemunho. **Literatura e Autoritarismo**, v. 3, n. 16, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/1679849X21504>. Acesso em: 20 set. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Diretório Brasil de Arquivos**. DIBRARQ. Fundo/Coleção V8 — Serviço Nacional de Informações. 2012. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-nacional-de-informacoes-2>. Acesso em: 7 dez. 2020.

AZEVEDO, I. de. A vocação posta em questão. **A Cigarra — Magazine**. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003085&pasta=ano%20197&pesq=maria%20nilde%20mascellani&pagfis=71895>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BACELLAR, C. de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-80.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo, Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 1964.

BRASIL. **Decreto nº 68.448, de 31 de março de 1971**. Cria a Escola Nacional de Informações e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 1971.

BRASIL. **Decreto nº 68.538, de 24 de abril de 1971**. Aplica disposições do Decreto n. 57775, de 10 de fevereiro de 1966, a militares nomeados ou designados para a Escola Nacional de Informações e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 1971.

BRASIL. **Decreto nº 96.876, de 29 de setembro de 1988**. Dispõe sobre o Regulamento do Serviço Nacional de Informações — (SNI) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 set. 1988.

BRASIL. **Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 1990.

BRASIL. **Decreto nº 99.373, de 4 de julho de 1990**. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 nov. 1992.

BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional — CSN, Comissão Geral de Investigações — CGI e Serviço Nacional de Informações — SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2005.

CONTIER, L. **Entrevista**: Luís Contier: Introdutor das Classes Experimentais no Brasil. Entrevista. 4 fev. 1981. Acervo Luís Contier: Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo.

DALLABRIDA, N. Circuitos e usos de modelos pedagógicos renovadores no ensino secundário brasileiro na década de 1950. **História da Educação**, Santa Maria, v. 22, n. 55, p. 101-115, ago. 2018.

FAGIONATO, Y. F. C. de. Maria Nilde Mascellani e o Catolicismo Social no Vocacional (São Paulo, 1960). **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 2, maio/ago. 2018.

MALFITANI, F. Vocacional. Dez anos atrás falecia a utopia. **República**. 11 de out. de 1979.

MARQUES, S. M. L. **Contribuição ao estudo dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo**: o Ginásio Vocacional “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro. 1985. 407 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

MASCELLANI, M. N. **Uma pedagogia para o trabalhador**: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados. (Programa Integrar CNM/CUT). Tese (Doutorado em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo 1999.

MATHIAS, S. K.; ANDRADE, F. de O. O Serviço de Informações e a Cultura do Segredo. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, jul./dez. 2012.

PERROT, M. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, V. A. C. **Documentos (in) visíveis** – Arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

SCHWARCZ, L. M. **Registros escravos**: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional. Ministério Da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2004. 242 p.

SÃO PAULO. **Decreto nº 35.069, de 11 de junho de 1959**. Dispõe sobre instalação e funcionamento de classes experimentais em estabelecimentos oficiais de ensino secundário e dá outras providências. Diretoria Geral da

Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, São Paulo, SP, 11 de jun. 1959. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1959/decreto-35069-11.06.1959.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SIMIONI, A. P. C.; ELEUTÉRIO, M. de L. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.l.], n. 71, p. 19-27, dez. 2018.

Um envelope explosivo: dois anos antes de morrer, o jornalista Alexandre von Baumgarten compôs um dossiê que envolve membros do SNI numa vasta rede de intrigas. **VEJA**, fev. 1983. Disponível em: www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/r04436.pdf. Acesso em: 3 set. 2021.

VIEIRA, L. **Um núcleo pioneiro na renovação da educação secundária brasileira**: classes secundárias experimentais do Estado de São Paulo (1951–1964). 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WOOLF, V. **Um Teto Todo Seu**. (1. ed. 1929). Tradução: Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Editora Tordesilhas, 1985.

ARCHIVE OF THE DICTATORSHIP: SOURCE FOR THE STUDY OF THE FEMALE CONDITION. MARIA NILDE MASCELLANI'S CASE IN SNI FUND

ABSTRACT

Objectives: Identify the documentary sources in the SNI fund that mention Maria Nilde Mascellani and analyze the content of the documents, available in the SIAN database of the National Archive (AN) and in the archives of the São Paulo State Archive (APESP) seeking to reconstitute the main facts that made Maria Nilde Mascellani a case study of the female condition during the civil-military dictatorship. **Methodology:** the search term: “Maria Nilde Mascellani” was used in the SIAN (AN) fund called “V8 Fund/Collection — National Information Service”, and in the APESP - DEOPS fund the search term: “Maria Nilde Mascellani”, to retrieve dossiers related to educator. **Results:** Maria Nilde Mascellani, a libertarian in her time, became the protagonist of history in her actions against the impositions of the dictatorial government and, for this reason, was the target of acute persecution by the information service and the political police. **Conclusions:** it is possible to rescue the importance of the female figure from documentary sources and demonstrate how she is portrayed in these documents.

Descriptors: Civil-military dictatorship. SNI. Women. Maria Nilde Mascellani.

ARCHIVO DE LA DICTADURA: FUENTE PARA EL ESTUDIO DE LA CONDICIÓN FEMENINA. MARIA NILDE MASCELLANI EN EL FONDO SNI

RESUMEN

Objetivos: Identificar las fuentes documentales del fondo SNI que mencionan a Maria Nilde Mascellani y analizar el contenido de los documentos, disponibles en la base de datos SIAN del Archivo Nacional (AN) y en los archivos del Archivo del Estado de São Paulo (APESP) buscando reconstituir los principales hechos que hicieron de Maria Nilde Mascellani un caso de estudio de la condición femenina durante la dictadura cívico-militar. **Metodología:** se utilizó el término de búsqueda: “Maria Nilde Mascellani” en el fondo SIAN (AN) denominado “Fondo / Colección V8 - Servicio Nacional de Información”, y en el fondo APESP - DEOPS el término de búsqueda: “Maria Nilde Mascellani”, para recuperar expedientes relacionados con el educador. **Resultados:** Maria Nilde Mascellani, libertaria en su tiempo, se convirtió en protagonista de la historia en sus acciones contra las imposiciones del gobierno dictatorial y, por ello, fue blanco de una aguda persecución por parte del servicio de información y la policía política. **Conclusiones:** es posible rescatar la importancia de la figura femenina de fuentes documentales y demostrar cómo se la retrata en estos documentos.

Descriptores: Dictadura cívico-militar. SIN. Mujeres. Maria Nilde Mascellani.

Recebido em: 27.09.2021

Aceito em: 19.08.2023